

Governo poderá jogar US\$ 500 milhões nas Bolsas

Arquivo 19/08/85

Wilson Teixeira Soares

Quando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, definir em audiência com o presidente José Sarney, nos próximos dias, as novas medidas para combater o déficit público e reduzir a inflação, a economia brasileira estará, mais uma vez, impregnada pelas crenças do ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

O pleno retorno de Simonsen, a nível de eminência parda, ao centro das decisões econômico-financeiras do Governo, foi patrocinado pelo próprio Presidente da República e tem como peça de resistência um documento produzido por encomenda do presidente do PFL, senador Marco Maciel, no qual o ex-ministro examina as causas da inflação atual e, de maneira seca, traça um receituário para combatê-la.

Intitulado "Problemas atuais da economia brasileira", o estudo foi entregue pelo senador, no início deste mês, a Sarney, que, após apreciá-lo, encaminhou-o ao ministro Mailson da Nóbrega, solicitando que o utilizasse como lastro para a política econômica que seria detonada após a aprovação do sistema presidencialista de Governo e do mandato de cinco anos pela Assembleia Nacional Constituinte.

Extremamente objetivo, redigido em apenas cinco folhas e arrematado por um gráfico salarial, analise de Simonsen adverte que o problema mais inquietante, no momento, é a inflação de 18% ao mês — o que equivale a 629% ao ano. E recomenda, como fórmula para estancar a velocidade da espiral inflacionária, o corte do déficit público, estimado em 6% a 7% do PIB sem contar a correção monetária da dívida pública interna.

Fazendo cargo contra o Plano Cruzado e o Plano Bresser — por terem demonstrado que choques heterodoxos sem correção do déficit público e sem austeridade monetária são inviáveis —, o ex-ministro da Fazenda observa que a História registrará o Governo Sarney como um período economicamente turbulento, lembra que o Cruzado pretendeu nascer como moeda estável tornando-se, porém, mais instável que o

Cruzeiro, e classifica a moratória de 20 de janeiro de 1987 como um blefe que os credores pagaram para ver.

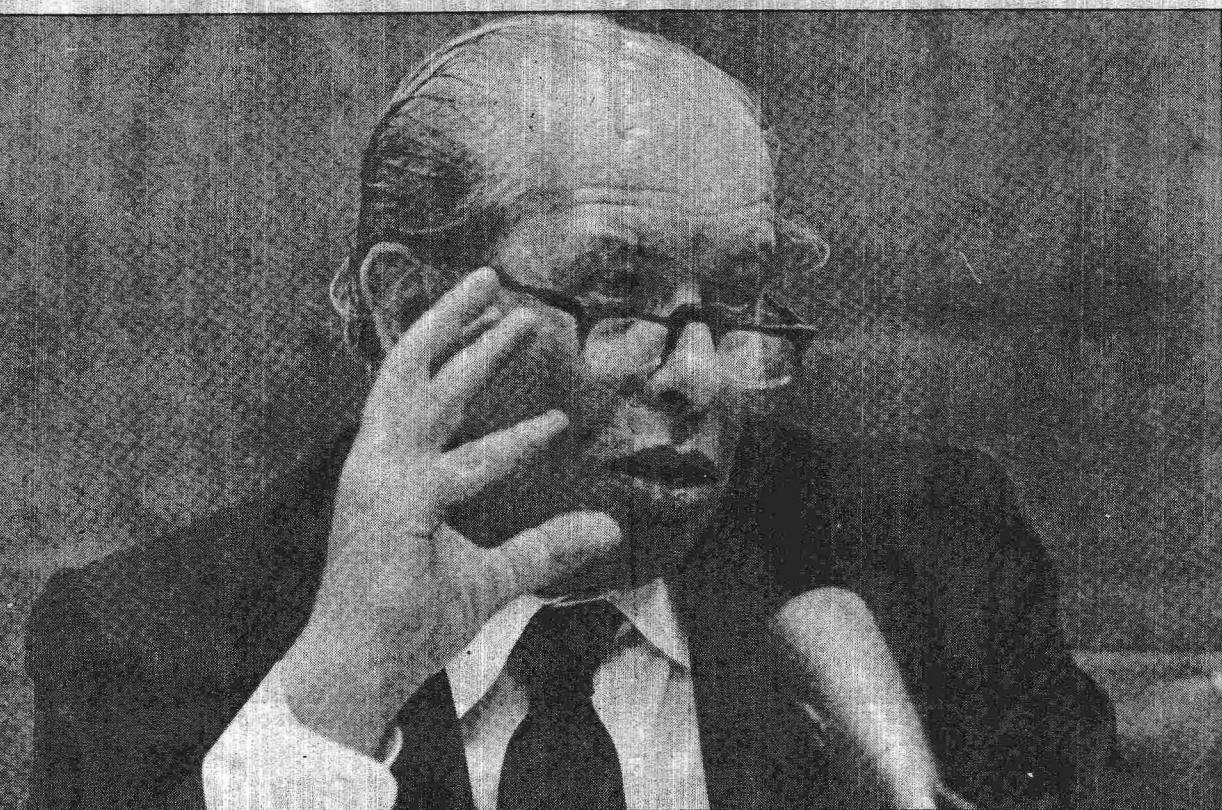
Preâmbulo, na verdade, para investir contra o PMDB, criticando-o por não ter qualquer experiência de administração. Fato que teria levado Sarney, ingenuamente, a sujeitar-se à orientação econômica do partido que, na concepção de Simonsen, rezava por uma cartilha econômica que o falecido presidente Tancredo Neves jamais levou a sério.

Com o fim da tutela econômica do PMDB, ocorrida a partir da demissão, em dezembro do ano passado, do ministro Bresser Pereira e a consequente efetivação de Mailson da Nóbrega, o presidente Sarney admite Simonsen, poderá "inscrever-se no rol dos estadistas que podem ter perdido muitas batalhas, mas que acabaram ganhando a guerra".

Victoria final condicionada ao "saneamento do setor público". Profilaxia, segundo o ex-ministro, inadiável para exterminar os seis pecados capitais responsáveis pelos desacertos da economia brasileira: a dívida externa, a inflação galopante, a estagnação econômica, as desigualdades profundas de renda (regionais e pessoais), a queda de investimentos e, por fim, os déficits públicos gigantescos.

O saneamento do setor público, única maneira de se combater a inflação e o déficit — resultado das defasagens no reajuste de tarifas dos preços cobrados pelo setor público desde 1980; dos aumentos desproporcionais na folha de pagamentos do setor público em termos reais; da deterioração da fiscalização tributária; e dos efeitos da própria inflação sobre a arrecadação real de tributos passa, na cartilha de Simonsen, por um programa de seis pontos.

Medidas inadiáveis que deveriam ser tomadas em regime de urgência, prega o ex-ministro. Pois, caso contrário, o Brasil não voltará a investir, quer no setor privado quanto no setor público, para crescer. Inviabilizando, assim, a reativação do sistema Financeiro de Habitação, no momento atrofiado. Razão maior do maciço desemprego da mão-de-obra não especializada.



Simonsen retorna como eminência parda ao centro das decisões econômico-financeiras do Governo

Como na ótica simonseniana o déficit público não é provocado por investimentos, mas por excesso de custo, condicionando o financiamento a tornar-se cada vez maior via emissão de papel-moeda, prática hiperinflacionária, o primeiro ponto do programa tem por objetivo a redução real da folha de pessoal da União (autarquias, fundações e empresas estatais) de 25% a 30%.

Pelas convicções do ex-ministro, o ideal seria um desaquecimento através da demissão dos funcionários ociosos e também pelo achatamento dos salários acima dos equivalentes no setor privado. Sugestão, ressalta no documento, sugerida pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, deixando de aplicar-se, por três meses, a URP aos salários do funcionalismo.

Segunda recomendação: a recapitalização de empresas como a Eletrobrás e a Siderbrás, que deveriam ser financiadas via novos

recursos da União, obtidos por impostos gerais e programas de privatização. Condenada, contudo, a recapitalização lastreada em sobrepreços, o que isto agravaría a inflação e destruiria a competitividade da indústria nacional.

Próximo passo, a efetivação de um programa de privatização, para manter o controle de empresas como a Petrobrás, Eletrobrás, Siderbrás e Telebrás em mãos do Estado. Mas, em contrapartida, permitindo a participação maior do setor privado nacional e estrangeiro em empresas como a Caraíba Metais, Mafersa e outras. O que forneceria recursos ao Governo para capitalizar as estatais superdivididas e, ao mesmo tempo, deter as reivindicações salariais dos empregados das estatais.

Consciente de que as possibilidades de privatização não podem ser superestimadas num momento de Bolsas de Valores em baixa — em que pesa a recuperação

do mercado acionário iniciada em janeiro último —, Simonsen prega ao Governo melhorar os preços dos papéis trazendo fundos externos de conversão de dívida em capital.

Num volume de 500 milhões de dólares — Cr\$ 75 bilhões ao preço do paralelo —, que aumentariam substancialmente os preços das ações, permitindo ao Governo vender parte de seus papéis a preços bem mais elevados, através de uma operação articulada com o setor privado.

A estratégia traçada pelo ex-ministro, no entanto, salienta dois pontos fundamentais: poucas estatais valem o custo histórico corrigido monetariamente, o que significa que os preços de venda devem ser baseados em leilões e não no valor patrimonial contábil por ação; as estatais cujos empregados se opõem à privatização são exatamente as que precisam ser privatizadas. E Simonsen arremata: "Por motivos óbvios".

Quarto mandamento do receituário encaminhado a Sarney: aumento real da carga tributária, inexorável para corrigir o déficit público. A ser obtido pela redução da inflação, já que entre o fato gerador de um imposto e seu efeito recolhimento há uma defasagem, em dois meses, de 28% da queda em uma inflação mensal de 18%, pelo reforço da fiscalização e pela diminuição do rol de incentivos e isenções. Sem, no entanto, aumentar as alíquotas tributárias, que Simonsen reconhece como bastante altas no Brasil.

Em seguida, Simonsen aborda a questão do saneamento financeiro do setor público, insistindo na condução, pela União, dos investimentos públicos nos setores de energia elétrica, sistema viário nacional e comunicações, sob pena de o Brasil transformar-se de Federação em Confederação. Quanto aos investimentos em educação e saúde, devem ser de responsabilidade dos Estados e Municípios.

A sustentar essa nova prática os recentes episódios envolvendo a Seplan e o ex-ministro Aníbal Teixeira, processado por corrupção. Pois, para Mário Henrique Simonsen, os repasses devem ser automáticos, com a União eximindo-se de socorrer Estados e Municípios a não ser em casos de calamidade pública, escorados nas reservas de contingência do orçamento.

Conselho derradeiro a Sarney: que o Governo não se intrometa nas relações entre patrões e empregados. A embasar tal recomendação, o fato de que as leis salariais — desde a lei 4.725, do governo Castello Branco, até o gatilho e a URP — só se justificavam numa época em que as greves eram proibidas e os sindicatos se haviam reduzido à insignificância.

Portanto, finaliza o ex-ministro, cabe ao Governo tão somente fixar o salário mínimo e a política salarial da administração direta e indireta, abolindo qualquer lei salarial e deixando que as partes negociem livremente entre si, como fazem no momento a FIESP e a CUT. Cristalizando um plano capaz de restaurar o crescimento e a relativa estabilidade dos preços, e atraindo capitais e tecnologia estrangeira para o Brasil.